

DOSSIÊ DE EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA

SEGUNDA PARTE: ABORDAGENS EPISTEMOLÓGICAS ALTERNATIVAS

A segunda parte deste dossiê sobre epistemologia contemporânea recebe o nome de *Abordagens Epistemológicas Alternativas* e trata de discussões epistemológicas de uma perspectiva cientificamente informada. Com efeito, seria um erro dizer que a filosofia analítica não seja aberta às investigações empíricas—afinal, a própria epistemologia naturalizada nasce na tradição analítica. No entanto, a epistemologia entendida como uma disciplina que analisa conceitos e não lida com evidências empíricas ainda é majoritária entre os epistemólogos autoproclamados analíticos. Nessa visão, a epistemologia não investiga o mundo ele mesmo, o que caberia às disciplinas científicas, e sim analisa ou esclarece nossos conceitos (neste caso, os conceitos epistêmicos), assim caracterizando uma disciplina de segunda ordem. As discussões aqui apresentadas, contudo, não buscam definições de conceitos epistêmicos nem os testam por meio do exame das nossas intuições, que na perspectiva tradicional seriam destacadas por meio de contraexemplos ficcionais. Com efeito, observa-se em primeiro lugar uma mudança de vocabulário: o foco não é mais o *conceito epistêmico*, um conceito cuja análise correta deveria sobreviver a todos contraexemplos possíveis. O foco passa a ser as *capacidades cognitivas* tais como são realizadas por agentes reais, de carne e osso (e circuitos e códigos, no caso das simulações). Além disso, as metodologias dos artigos que constituem a segunda parte deste dossiê são plurais, e vão desde o estudo de casos e do exame das consequências filosóficas de descobertas empíricas até o emprego de modelos computacionais que simulam operações cognitivas. Em todos esses casos, a prática epistemológica é vista em continuidade com a prática científica—contra a visão majoritária na epistemologia analítica.

Em *Raciocínios Analógicos, representacionalismo ou enativismo?* Figueiredo, Krempel e Meurer avaliam o impacto de teorias enativistas da mente, segundo as quais algumas operações cognitivas de um organismo não envolvem representações, para a explicação de raciocínios analógicos. Krempel apresenta a discussão de uma perspectiva inspirada no trabalho de Jerry Fodor, em oposição ao enativismo e em defesa do representacionalismo. Nesse mesmo artigo, Figueiredo apresenta a discussão de uma perspectiva enativista, com base no movimento recente conhecido como *enativismo linguístico*. Em *Variedades do Enativismo: propostas radicais e cognição superior*, Huffermann apresenta a dificuldade de teorias enativistas radicais para explicar as chamadas capacidades cognitivas superiores—capacidades cuja operação tipicamente envolve objetos potencialmente ausentes—e discute as possibilidades que outras variedades de enativismo apresentam para lidar ou evitar aquela dificuldade.

Seria possível que tanto o enativismo quanto as perspectivas representacionistas sejam estratégias viáveis nas ciências cognitivas? Reis e Rodrigues, no artigo *Por um pluralismo de estratégias nas ciências cognitivas*, apresentam as críticas de William Ramsey à tese de que a representação é a marca da cognição e criticam uma postura monista em ciências cognitivas, segundo a qual deveria ser adotada uma única estratégia para abordagem de questões sobre a cognição. Os autores defendem um pluralismo de estratégias e explicitam a necessidade de um equilíbrio entre a eficiência explicativa de uma estratégia (entre muitas possíveis) com outros valores considerados importantes pela comunidade científica.

Em algumas linhas de pesquisa na epistemologia analítica, é frequente supor que agentes epistêmicos realizam performances cognitivas de modo autoconsciente e controlado, e que o fato de que essas performances dão-se em um nível reflexivo explicaria o que haveria de distintivo na agência cognitiva humana. Filósofos de inclinação naturalista contestaram esse tipo de imagem com base, por exemplo, no que a ciência revela acerca das operações cognitivas de outros animais. Freitas, em *Agência epistêmica, naturalismo e normatividade*, examina esse debate e suas implicações para uma noção empiricamente plausível e filosoficamente satisfatória de normatividade epistêmica.

Parte substancial da cognição humana (e de muitos outros animais) consiste na percepção dos estados emocionais de outrem. A discussão acerca da capacidade cognitiva de acessar os estados emocionais de outros, e a relação entre os exercícios dessa capacidade e circunstâncias contextuais, é assunto do artigo *O papel do contexto na percepção das emoções*, de Carvalho. Nesse artigo, Carvalho apresenta desenvolvimentos recentes—até então pouco ou nada examinados em língua portuguesa—na discussão acerca do papel do contexto na percepção das emoções. Outra parte substancial da cognição é a memória. Tradicionalmente, assumiu-se que a memória episódica (o evento mental no qual um episódio do passado pessoal é veiculado sensorialmente ao sujeito) requer um vínculo causal entre os conteúdos da experiência passada do sujeito e o conteúdo da lembrança. Recentemente, o simulacionismo (segundo o qual lembranças são geradas por um mecanismo cognitivo cuja função é produzir simulações de episódios passados ou futuros) adquiriu notoriedade como a principal teoria pós-causal da memória. Em *O debate causalismo versus simulacionismo em filosofia da memória como negociação metalinguística*, Santos apresenta um pormenorizado exame do que as evidências empíricas nos permitem afirmar acerca dessas duas teorias da memória.

Há inequivocamente uma disputa entre, por um lado, a epistemologia tradicional—segundo a qual a filosofia deve analisar conceitos, como mencionamos—e, por outro, a epistemologia naturalizada—que investiga filosoficamente os resultados empíricos sobre a cognição humana. Contudo, há uma terceira via acerca da metodologia epistemológica que permanece criminosamente inexplorada, ainda mais na nossa língua. Trata-se da epistemologia computacional, em que agentes artificiais são concebidos para simular as atividades cognitivas específicas de interesse dos pesquisadores. No primeiro artigo em português sobre o assunto, Dantas examina e defende (através de um estudo de caso) uma abordagem epistemológica computacional no artigo *Epistemologia computacional: uma provocação*.

Embora todos os artigos desta parte do dossiê, de uma maneira ou de outra, busquem uma aproximação com descobertas científicas, ainda é necessário investigar como a filosofia pode ser aproximada à prática científica. Há, com efeito, uma vasta literatura filosófica sobre o método (ou os méto-

dos) científico(s), mas pouco sobre *o fazer* ciência. Polisel, em *Uma breve introdução da filosofia da ciência em prática*, apresenta as linhas gerais de uma filosofia da ciência que não almeja descrever remotamente os resultados científicos, mas que de fato engaja-se empiricamente na prática da ciência.

Giovanni Rolla¹
Editor Convidado

¹ Professor adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, membro do Grupo de Pesquisa Enactive Cognition & Narrative Practice.
E-mail: rollagiovanni@gmail.com.